

Dcide: atratividade do mercado livre de energia - preços regulados x mercado⁽¹⁾

Henrique Leme Felizatti
Erick Calixto Olivetto
Danilo Lima Matias

O mercado livre de energia está a caminho de completar 25 anos de existência em uma trajetória bastante bem-sucedida que vem sendo capitaneada nos últimos anos pelos próprios agentes de mercado e com contribuições decisivas em diversos aspectos, exaltando o DNA de vanguarda e excelência do setor elétrico nacional, sendo um propulsor de inovação e competitividade, mesmo nos contextos complexos recentes, incluindo crises financeiras e esse ciclo de pandemia.

Esse ambiente, que é um dos poucos alentos da indústria nacional, vem se ampliando não por qualquer modismo ou onda passageira, mas por razão muito mais nobre: empresas que participam desse mercado tem acesso a preços mais competitivos que seus concorrentes cativos, melhorando significativamente sua matriz de custos.

É bastante rotineiro encontrar nas mídias, artigos acadêmicos ou no material comercial de empresas e associações do setor a descrição de casos de sucesso em economia energética, com números que tipicamente superam os 30%, chegando por vezes a 50% em alguns casos particulares, o que independente do porte e da empresa é uma economia de recursos astronômica.

Mas esse grau de sucesso, a bem da verdade reconhecido e comemorado por todo o setor sem distinção, foi visto com ceticismo por parte dos agentes e estrutura de governança do setor devido ao argumento, apontado comumente como um fator de vulnerabilidade do modelo, que o Ambiente de Comercialização Livre (ACL) não conseguiria contribuir com a expansão do sistema.

O ano de 2020, que vem remodelando os livros de história, trouxe também uma nova página no ACL: 100% dos investimentos em geração do setor vieram do mercado livre. Destacamos que há 10 anos atrás isso era impensável e antes que os céticos novamente coloquem, com toda a razão, que foi um ano muito particular e de muita incerteza, impactando na demanda futura e conseqüentemente na expansão via leilões, alerta que esse não é o ponto aqui.

O que é importante destacar é que o mercado livre de energia tem ganhado know-how em estruturação, implementação e viabilização de projetos de geração, majoritariamente de fonte renovável, com aumento na participação de capital privado, que traz um horizonte bastante mais promissor tanto para iniciativas de abertura desse mercado, quanto no amadurecimento dos agentes e gestão de riscos, fazendo com que fique muito mais natural sua interação com o mercado financeiro e o mercado de capital.

A consequência direta disso é que o mercado vem expandindo também seu horizonte de planejamento e vem demandando por referências de preços de longuíssimo prazo, inicialmente conduzido para dar robustez aos processos de estruturação de projetos, no caso dos geradores, mas que tem servido também para que consumidores possam

garantir maior previsibilidade em seus custos com energia no longo prazo, estimulando a ampliação dos prazos típicos dos PPAs (Power Purchase Agreement).

A Dcide vem construindo já faz um ano curvas de longuíssimo prazo, com horizonte total de apuração de 20 anos, tanto para energia convencional quanto para energia incentivada 50%, no Pool de preços do qual é gestora, e vem observando um interesse cada vez maior dos agentes nesse tipo de informação, o que por si só já seria uma boa notícia.

O que chama bastante atenção, no entanto, é que quando comparamos esses dados com os preços atualizados pela inflação dos leilões regulados, vemos que os preços do mercado livre são, no geral, muito menores que do irmão cativo, mostrando justamente o quão competitivo é o mercado livre vem se tornando.

Analisemos a figura 1, que mostra o preço médio da energia de fonte hidráulica convencional nos leilões realizados em cada um dos anos. Por exemplo, o primeiro leilão de energia convencional na fonte hidrelétrica, que tinha produtos com suprimento entre 2008 e 2037 tem um preço corrente de R\$ 257,36/MWh, após correção da inflação com o IPCA.



Figura 1: Preços médios históricos dos leilões (LEN) (R\$/MWh) de fonte hidráulica convencional (produto quantidade), por ano de realização do leilão (legenda) colocados no período de suprimento de seus contratos (eixo X), atualizados pelo IPCA, e a curva Forward de longuíssimo prazo medida em fev/2021. Fonte Dcide.

O que notamos a partir dessa figura é que existem dois grandes grupos de preços mais ou menos homogêneos. Aqueles dos leilões realizados até 2007 (7 leilões considerando somente Leilão de Energia Nova - LEN), que hoje tem preço médio corrente para 2021 orbitando em torno da média de R\$ 257/MWh com contratos com suprimento até 2040, e um grupo de preços com maior dispersão, formado pelos leilões de energia posteriores a 2007 (12 leilões LEN), e que possuem um preço médio de R\$ 160/MWh, quase R\$ 100/MWh mais barato que os primeiros leilões, ou seja, a energia cativa veio ficando mais competitiva ao longo do tempo conforme os leilões regulados foram se aprimorando e trazendo mais projetos e agentes.

Quando comparamos esses preços com a curva de mercado para o produto convencional Sudeste/Centro-Oeste de longuíssimo prazo medida em fevereiro de 2021, vemos que existem ainda uma série de preços de leilões que se encontram com preços menores que o do mercado livre, particularmente no ano de 2022, porém como a forma da curva de longuíssimo prazo é decrescente, devido não somente ao efeito de novas tecnologias e consolidação das fontes e a consequente queda do custo marginal de expansão, mas principalmente pelo prêmio de risco exigido para contratos com esse horizonte, que pode ser maior porque os geradores precisam desses PPA de longo horizonte para melhorar a estrutura de financiabilidade dos projetos de geração e, portanto, estão dispostos a conceder um prêmio em forma de desconto nos preços para que contrapartes tenham interesse nesse tipo de contrato.

Por outro lado, o comprador do contrato vai realmente exigir um desconto adicional para se proteger do risco de inflação, que é relevante para o Brasil. Assim, para energia suprida a partir de 2024 somente o 11º LEN tem preço abaixo da curva de longuíssimo prazo, e a partir de 2030, nenhum dos leilões tem preço mais baixo que o mercado livre.

Naturalmente as tarifas cativas, que são um mix do custo de cada leilão e, portanto, alguma média ponderada dentro da faixa de preços da figura 1 tendem a ser bastante maiores que os preços do mercado livre, o que deve continuar não só estimulando a migração para o ACL, e assim cada vez mais aprimorando o já dinâmico mercado, mas também garantindo que os agentes que já participam desse mercado continuem tendo acesso a preços de longo prazo ainda melhores que seus pares cativos, justificando inclusive as iniciativas de abertura do mercado.

Também não parece demais dizer que houve um custo de desenvolvimento e aprimoramento do modelo de setor com contratações via leilão regulado que foi pago pelos clientes cativos, e que ainda vai demorar para ser quitado, dado que alguns contratos dos primeiros leilões ainda têm mais de 15 anos de suprimento pela frente.

Nesse sentido é totalmente válida a preocupação com a transição do modelo atual para um cenário onde o mercado livre teria maior peso, especialmente como ficariam esses contratos legados e como seria repartido o custo cativo após a redução daquele mercado. Nesse sentido, as discussões mais lúcidas parecem ser as que propõe a separação do lastro da energia, rateando a todos o custo da segurança energética. Mas deixemos essas discussões para o regulador, a academia e especialistas, por enquanto.

O fato é que baseado nos preços de mercado, na sofisticação do ambiente e no amadurecimento dos agentes, traça-se um futuro dourado para o mercado livre de energia, que já fez muito, mas pode contribuir muito mais, injetando competitividade em uma economia demandante de iniciativas, gerando emprego e garantindo a segurança energética e democratização da energia. Continuemos esperanças.

(1) Artigo publicado no Broadcast Energia. Disponível em:

<https://energia.aebroadcast.com.br/tabs/news/869/37039214>. Acesso em 15 de março de 2021.